



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681350 - RJ (2021/0226350-8)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ADEMIR MACEDO ABRAHAO JUNIOR  
**ADVOGADO** : ADEMIR MACEDO ABRAHÃO JUNIOR - RJ138754  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : R DO N M (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R DO N M, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0035832-60.2021.8.19.0000).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado pela suposta prática do crime descrito no art. 217-A, c/c o art. 61, inciso II, alíneas "f" e "h", na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Sustenta o impetrante que se estaria diante de flagrante ilegalidade passível de afastar o óbice da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Alega não haver contemporaneidade entre a segregação antecipada e os fatos imputados ao reeducando, ocorridos em 2019.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu e afirma que o decreto preventivo careceria de fundamentação idônea, estando lastreado na gravidade abstrata do delito.

Aduz a ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência e considera que não estariam presentes os requisitos necessários para o encarceramento provisório, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares alternativas, descritas no art. 319 do CPP.

Tece considerações acerca do risco de contágio, em ambiente carcerário, pela Covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, a fim de que possa responder ao processo em liberdade ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 204/210):

*"Como se pode verificar, o decreto prisional, que engloba o plexo de decisões, tanto a mais recente que decretou a prisão preventiva do paciente e todas as decisões anteriores que trataram sobre a prisão temporária e sua conversão/revogação, encontra-se devidamente fundamentado, atendendo aos ditames*

do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República e do artigo 315 do Código de Processo Penal, indicando os motivos pelos quais a prisão do paciente é necessária, estando lastreado em elementos concretos, obtidos das circunstâncias fáticas do evento criminoso, que demonstram a necessidade e a adequação da medida extrema.

Tampouco, há que se falarem ausência de proporcionalidade ou homogeneidade da prisão, pois impensável a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação se encontra fundada na gravidade efetiva do delito, a indicar que providências menos gravosas seriam insuficientes para proteção da vítima e poderiam colocar em risco sua dignidade, liberdade sexual e integridade.

[...]

Cabe então, a análise, em concreto, da gravidade da conduta do paciente para avaliar se as medidas alternativas à prisão serão suficientes para a proteção da vítima e de outras crianças, com especial apontamento para a informação, não refutada pela Defesa, de que o réu reside com outra filha criança, de nome MARIA.

Como se vê do processo, o paciente é acusado de ter praticado estupro de vulnerável contra sua filha, abusos que em tese teriam ocorrido na ausência de sua mãe, quando o genitor tomava banho com a criança, por atos consistentes em passar a mão nas partes íntimas da vítima e obrigar que ela fizesse carícias nas partes íntimas do acusado.

O paciente responde também a outro processo envolvendo criança, por ter supostamente mostrado fotos de homens nus, para outra menor (prima da vítima), gerado o processo de número 0000087-68.2021.8.19.0016, no qual já fora recebida a denúncia:

[...]

Nesse procedimento, é possível verificar que foram fornecidas conversas pelo pai da vítima LÍVIA, com a genitora da vítima ISABELLY, ex-esposa do paciente, na qual ela reitera que se separara do acusado após o episódio dessa fotografia, mas que ele não seria má pessoa e que ela teria evitado ele de “se entregar na delegacia”, (fls. 15/17, processo de nº 0000087-68.2021.8.19.0016).

Após ser intimada para prestar declarações em sede policial naquele processo, a ex-companheira, genitora da vítima, relatou, na data de 08/09/2019, que (fls. 33/34, processo de nº 0000087-68.2021.8.19.0016):

[...]

Nota-se, pois, que além de denunciado por dois crimes contra crianças, há ainda informação de que o paciente entrara em contato com terceira criança pela internet, tudo isso a demonstrar o perigo concreto que a liberdade do acusado causará.

*Assim, percebe-se que não há como ser revogada a sua prisão preventiva.*

*A Defesa técnica, diante de um cenário de Pandemia, também alega que a desnecessidade da prisão cautelar do paciente, devendo, por isso, ser aplicada a Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça.*

*Só que não foram trazidos aos autos quaisquer elementos que evidenciem ser o paciente portador de comorbidades que o colocasse em grupo de risco para o COVID-19 (SARS-COV-2) e, que indique que o local onde o paciente foi segregado não possua condições de atendimento ao paciente, sendo certo que a concessão de liberdade não deve ser feita de maneira ampla e irrestrita, sem que esteja comprovada sequer a existência de casos confirmados de Covid-19 dentro do presídio em que o paciente se encontra.*

*[...]*

*Nesse passo, apesar da circunstância vivenciada, deve-se analisar com parcimônia os pedidos de liberdade, baseados na eventual possibilidade de contágio, sob pena de se esvaziar os próprios requisitos legais da prisão, de forma que a referida pandemia não autoriza, automaticamente, a liberação do paciente, até mesmo se considerarmos que o próprio Executivo e Legislativo já efetivaram medidas, a fim de tentar reduzir a quantidade de pessoas encarceradas.*

*Não resta a menor dúvida de que não há como acolher a pretensão inserida com a impetração deste Habeas Corpus.*

*A conta de tais considerações é que direciono meu voto no sentido de denegar a ordem".*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência